

A ameaça dentro de casa

Num mundo em que crescem os novos autoritarismos, é preciso que a NATO redescubra a força dos ideais que é suposta defender.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 16 de Junho de 2021

A cimeira da NATO esta semana em Bruxelas marcou o fim de um ciclo e o princípio de outro. Nesse sentido, foi uma cimeira histórica. Depois do pesadelo Trump que, durante quatro anos, “flirtou” com os inimigos, hostilizou os aliados e pôs em causa o artigo V, isto é, a essência da aliança, Biden veio à Europa fazer precisamente o contrário. A máquina militar esteve sempre a funcionar, mas a aliança política estava em crise. Paralisada pela quebra de confiança entre os aliados.

Em política internacional, os gestos simbólicos contam. E para reforçar as alianças e dar confiança aos aliados, a diplomacia tem três instrumentos: a mobilização de tropas para os países amigos, as visitas de Estado e as declarações políticas. Biden utilizou os três. Travou a retirada das tropas americanas da Alemanha anunciada por Trump. Veio em pessoa à Europa. E declarou alto e bom som que o artigo V é “uma obrigação sagrada”. Não podia ser mais claro. E é esse o verdadeiro significado político do gesto do Presidente americano: restaurar a confiança entre os aliados e reunir outra vez a família transatlântica.

A resposta dos europeus só podia ser positiva. Veremos como se concretiza. Este foi, indiscutivelmente, o primeiro sucesso da cimeira. Mas há outro: a aprovação formal do lançamento da revisão do conceito estratégico da aliança. O conceito estratégico é um documento oficial em que a NATO adapta à evolução do ambiente internacional não só a sua identidade, mas também a forma concreta de implementação dos princípios do seu tratado fundador. Desde a fundação, em 1949, a NATO conheceu já sete conceitos estratégicos, o último dos quais aprovado em Lisboa em 2010.

Uma década depois, o mundo mudou. E mudou muito, o que impõe um novo conceito. Mudou, em primeiro lugar, o ambiente estratégico. A Rússia tornou-se um Estado hostil. Depois da guerra híbrida na Ucrânia, da anexação da Crimeia, da interferência nas eleições de países ocidentais e da estratégia de desestabilização do ocidente e divisão da UE, continua a ser a principal ameaça militar para a NATO. A China tornou-se num rival sistémico. Com excepção da ciberguerra, não é uma ameaça militar directa. Mas os investimentos chineses em sectores económicos e tecnológicos chave na Europa não deixam de colocar questões da autonomia estratégica com implicações de segurança. Num mundo em que a dinâmica internacional é cada vez mais entre democracias e autoritarismos, o futuro conceito estratégico não pode ignorar essa realidade. Como não pode ignorar o flanco Sul e a continuação da instabilidade, dos conflitos e do terrorismo transnacional. Prioridade, igualmente, à importância das tecnologias disruptivas e ao seu uso para fins militares.

Mas mudou, também, a natureza da segurança. É certo que tal mudança vinha desde o fim da guerra fria, mas a crise climática e a crise pandémica impuseram-se de tal modo como ameaças globais que a aliança não poderá ignorá-las. A NATO continuará a ser uma aliança militar, mas terá que alargar o seu âmbito à segurança humana e à resiliência das sociedades. E também aqui terá que mudar, se quiser ganhar legitimidade social e apoio da opinião pública.

Há, finalmente, uma terceira mudança. A Rússia e a China, as alterações climáticas e a pandemia são a ameaça externa que a NATO sempre enfrentou. Agora, porém, enfrenta uma nova ameaça, quem sabe, a maior e mais difícil: a coesão interna e retrocesso da democracia. A aliança atlântica fundou-se, sempre, na partilha de interesses e valores comuns. Ora hoje, com 30 membros, alguns há que se afastam dos valores e outros que se afastam, ao mesmo tempo, de valores e interesses comuns. Primeiro, a Turquia, que se afasta de ambos: em deriva autocrática com a aproximação a Putin e a aquisição de armamento russo. Depois, a deriva iliberal de alguns outros aliados, com o retrocesso do Estado de direito.

Há a proposta de um “código de boa conduta” que assegure o respeito pelos princípios democráticos e as obrigações do Tratado. Será, certamente, útil. Mas a questão é demasiado importante para ser deixada só aos responsáveis políticos. É de toda a sociedade civil. A aliança militar é forte, mas está fraca na convicção dos seus ideais. Num mundo em que crescem os novos autoritarismos, é preciso que a aliança redescubra a força dos ideais que é suposta defender: “os princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo Estado de direito.”

<https://www.publico.pt/2021/06/16/opiniao/opiniao/ameaca-dentro-casa-1966591>